



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

**SENTENÇA**

Processo nº: **1004746-20.2015.8.26.0566**  
Classe - Assunto: **Outras Medidas Provisionais - Liminar**  
Requerente: **Patrícia Pepino Gambin**  
Requerido: **Guilherme Gambim e outros**

Justiça Gratuita

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Gabriela Müller Carioba Attanasio**

Vistos.

Trata-se Cumprimento Individual de Sentença, requerido por **PATRÍCIA PEPINO GAMBIM** contra o Município de São Carlos e Guilherme Gambim, sob o fundamento de que este é seu filho e, desde os 15 anos de idade, faz uso de substâncias psicoativas, estando em estado de dependência avançado, tendo havido a tentativa de tratamento ambulatorial, sem êxito, razão pela qual pretende a sua internação em clínica especializada.

Foi determinado ao Município, que precedesse à internação.

O MP manifestou-se a fls. 30.

O Município comunicou que realizou a internação do requerido (fls. 38).

O Estado apresentou contestação, alegando falta de interesse de agir fls. 44/47.

A autora comunicou que o requerido foi internado e obteve alta médica, requerendo a extinção do processo.

**É O RELATÓRIO.**

**PASSO A FUNDAMENTAR E DECIDIR.**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
COMARCA DE SÃO CARLOS  
FORO DE SÃO CARLOS  
VARA DA FAZENDA PÚBLICA  
RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760

Ante a efetivação da internação nos termos pleiteados pela requerente, **JULGO EXTINTO** este pedido de cumprimento de sentença, requerido por **PATRÍCIA PEPINO GAMBIN** contra o **MUNICÍPIO DE SÃO CARLOS** e a **FAZENDA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO**.

Incabível a fixação de honorários de sucumbência em relação ao Município de São Carlos, ante a não apresentação de impugnação por este Ente Público requerido.

Já em relação à Fazenda Pública do Estado de São Paulo, não há condenação em honorários de sucumbência pelo fato de a autora estar assistida pela Defensoria Pública, já tendo o Superior Tribunal de Justiça se firmado no sentido de que a Defensoria Pública é órgão do Estado, não percebendo honorários de sucumbência, quando patrocina a parte vencedora em condenação contra a Fazenda Pública, entendimento este consolidado na Súmula 421: "Os honorários advocatícios não são devidos à Defensoria Pública quando ela atua contra a pessoa jurídica de direito público à qual pertença".

Oportunamente, transitada esta em julgado e, promovidas as anotações necessárias, arquivem-se os autos.

**P. R. I. C.**

São Carlos, 02 de março de 2016.